

FLORENCE BUTTAY, AXELLE GUILLAUSSEAU (dir.), **Des saints d'État? Politique et sainteté au temps du concile de Trente**. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2012, ISBN 978-2-84050-795-6, 184 páginas.

A obra que aqui recenseamos, *Des saints d'État? Politique et sainteté au temps du concile de Trente*, dirigida por Florence Buttay e Axelle Guillausseau, apresenta-se como um importante e bem-vindo contributo no âmbito da compreensão das complexas relações entre santidade e política, no contexto das reipublicae christianae europeias, nos séculos XVI e XVII. O presente volume afirma-se como um muito sugestivo conjunto de estudos sobre a temática indicada no título, equacionando não só a esfera católica, como também a protestante, introduzidos pelas duas organizadoras e enquadrados através dos enriquecedores textos de Alain Tallon e Éric Suire, e que constituem o resultado de trabalhos e reflexões apresentados em um seminário, organizado por Florence Buttay e Sandro Landi, na Université de Bordeaux III, e em uma jornada de estudos, que teve lugar no Centre Roland Mousnier, em 2010.

No «Avant-Propos» (pp. 7-10), Alain Tallon começa por chamar a atenção para o facto de, no caso francês, não ser muito comum proceder-se a uma abordagem política da questão da santidade, ao contrário do que sucede, por exemplo, em Itália: lembre-se, a título de exemplo, o estudo de Marina Caffiero sobre São Bento José Labre (1748-1783), intitulado *La politica della santità. Nascita di un culto nell'età moderna* (Roma-Bari: Laterza, 1996). Contudo, como realça Alain Tallon, actualmente, certas esferas políticas revelam ainda uma notória atenção em relação à questão da santidade nacional: como sublinha o mesmo autor, tendo em conta o caso francês, «un rapport d'information de parlementaires français, publié le 2 novembre 2009, regrettait la perte d'influence de la France au Vatican, mais se réjouissait des nombreuses béatifications et canonisations de Français ces dernières années» (p. 7). De resto, bastará lembrar que a França conta, entre o seu conjunto de santos, com figuras que se inscrevem no filão da santidade régia, como São Luís IX, ou então no do «santo de corte», cujo exemplo mais conhecido será, certamente, o de um São Francisco de Sales (1567-1622). Aliás, é o próprio prestígio político que subjaz, a partir do século XVI, à questão das beatificações e das canonizações e que conduzirá a Cúria romana a chamar a si a autoridade exclusiva no seguimento e concretização daqueles processos: «les craintes des papes devant l'appétit des rois catholiques en matière de promotion de saints espagnols ou patronnés par l'Espagne expliquent aussi les modalités de contrôle de plus en plus rigidez que Rome met en place pour ces procédures dans la première moitié du XVIIe siècle» (p. 9). Por outro lado, segundo Alain Tallon, «aux mutations des saintetés dynastiques et pontificales s'ajoute le développement d'une conception nationale de la sainteté, indissociable de la

construction des mythes nationaux de l'âge moderne» (p. 9).

Na «Introduction», Florence Buttay e Axelle Guillausseau começam por chamar a atenção para a canonização de Mary Mackillop (1842-1909), a primeira santa australiana, que ocorreu a 14 de Outubro de 2010, na medida em que aquele reconhecimento oficial do culto se afigura, ainda actualmente, como uma etapa necessária para a construção e legitimação de uma comunidade política (p. 11). Nesse sentido, Buttay e Guillausseau afirmam que a obra se situa na esteira da historiografia anglo-saxónica, italiana e alemã, que se tem debruçado especialmente sobre a problemática da confessionalização, distanciando-se assim das teorias sociológicas de Max Weber, que, em 1917, esboçou o esquema do processo que designou como «Entzauberung der Welt», que poderíamos traduzir como «desencanto do mundo»: como sublinham as autoras, «c'est le culte des saints qui permet d'abord, selon Weber, de libérer le monde de la présence encombrante des démons et des esprits, les miracles étant les exceptions confirmant les règles de la nature. (...) Le culte des saints est pour Weber la ligne de démarcation qui donne aux XVIe siècle la modernité en partage au protestantisme» (pp. 12-13). Com efeito, como sublinham Buttay e Guillausseau, é necessário ultrapassar as clivagens entre a esfera política e a esfera religiosa.

A obra encontra-se dividida em três partes. A primeira, intitulada «Saintetés et communion des saints dans l'Europe du XVIe siècle» (pp. 19-709, é constituída por três estudos.

O primeiro, «Le théâtre des saints modernes: la canonisation à l'âge baroque» (pp. 23-33), da autoria de Miguel Gotor, começa por chamar a atenção para o aparecimento do neologismo «beatificação», utilizado pela primeira vez em 1585, em uma carta de Filipe II de Espanha dirigida a Enrico de Guzmán, conde de Olivares, a propósito do dominicano Luis Bertrán. Contudo, a adopção desta designação não foi imediata: disso é reflexo o testemunho legado pela obra *De canonizatione sanctorum commentarius* (Roma, 1601), do agostiniano Angelo Rocca, na qual o autor mostra a sua preferência pela expressão «semi-canonização» (pp. 23-24). Tentando controlar e organizar os cultos dos santos – com excepção daqueles de «culto imemorial» – muito especialmente as suas formas iniciais, que eclodiam logo após a morte de uma personagem a quem, já em vida, era reconhecido um carácter excepcional e, por conseguinte, uma fama sanctitatis, a Cúria romana adopta uma postura centralista nesta matéria: neste sentido, Clemente VIII institui, em 1602, uma nova congregação constituída por cardeais, cujos trabalhos acabariam por se desenrolar de forma algo atribulada, na medida em que, no seu seio, de foram afirmando duas linhas: uma, rigorista e inquisitorial; outra, diocesana e tridentina (p. 25). Seria necessário esperar até à promulgação dos decretos de Urbano VIII, em 1625 e 1634, para que se fixassem normas mais «eficazes», que conheceram um alcance mais alargado.

Cornel Zwierlein, no seu estudo «Les saints de la communion avec le Christ:

hybridations entre Églises et États dans le monde calviniste dans les années 1560» (pp. 35-50), sublinha que, no contexto do início das guerras de Religião, na Europa, a concepção teológica da comunhão constituiu a pedra basilar onde se ancoraram as alianças estabelecidas entre os calvinistas.

Por sua vez, David El Kenz, na sua contribuição intitulada «Les martyrs protestants du royaume de France face au concilie de Trente: affrontement et convergence» (pp. 51-70) analisa as divergentes posições de protestantes, nomeadamente huguenotes, e católicos, em relação à problemática em torno do martírio, sobretudo no que respeita à mediação: com efeito, o modelo dos mártires huguenotes é única e exclusivamente Cristo, enquanto que os padres do Concílio de Trento reafirmam a centralidade da mediação eclesiástica.

A segunda parte da obra, intitulada «Les patronages nationaux (XVIe-XVIIe siècles)» (pp. 71-118), encontra-se dividida em três estudos.

No primeiro, intitulado «À la quête de l'universel: constructions étatiques et patronages mariaux en Bavière et en France (de 1600 à 1660 environ)» (pp. 75-90), Damien Tricoire realça o papel que o contexto bélico assumiu no sentido de uma adopção ou reabilitação dos patrocínios marianos. No caso concreto da Baviera, o autor mostra como as invocações marianas conheceu uma divulgação fulgurante, potenciada, em larga medida, pela Guerra dos 30 Anos, que se traduziu na multiplicação de edições, gravuras, brasões, bandeiras, etc., que assumem um importante significado simbólico.

Por sua vez, Cécile Vincent-Cassy, no seu estudo «Saint Michel et la Monarchie hispanique. L'invocation de la protection angélique en 1643» (pp. 91-105), mostra como, na Espanha seiscentista, o poder político se projecta na esfera religiosa e devocional: com efeito, após a queda do conde-duque de Olivares, a Casa de Habsburgo recorre, como uma espécie de alternativa eficaz à figura do referido «valido», à protecção do arcanjo São Miguel, que funciona como uma personagem exortadora à prática militar, em uma época em que Espanha se encontrava envolvida em várias frentes de batalha (na Guerra dos Trinta Anos, com várias potências europeias; nas Guerras da Restauração, com Portugal, e com a Catalunha).

No estudo intitulado «Le patronage immaculiste des Pays-Bas: une consécration manquée» (pp. 107-118), Annick Delfosse sublinha que a Casa de Habsburgo se empenhou vigorosamente na defesa e afirmação do dogma da Imaculada Conceição – especialmente durante o pontificado de Alexandre VII –, que assume contornos muito específicos no Brabante, em uma época em que este se sentia ameaçado pelo eminente avanço das tropas francesas.

A terceira parte é composta também por três estudos.

No seu interessante estudo, intitulado «Des princes plutôt que des saints? Protestantisme, pouvoir politique et sainteté dans l'Allemagne du XVIe siècle» (pp. 123-136), Naïma Ghermani mostra como a abolição do culto dos santos nos territórios

protestantes originou uma espécie de «vazio» no domínio da protecção local da cidades e dos Estados. Neste sentido, começa a emergir, mais cedo nos países protestantes que nos católicos, a figura do «saint d'État», ou seja, o príncipe cristão, como, por exemplo, Filipe de Hesse.

Por sua vez, Michel Merle, na sua contribuição intitulada «Le portait du saint prince: les représentations du bienheureux Amédée IX de Savoie durant la seconde moitié du règne de Charles-Emmanuel Ier (1612-1630)» (pp. 137-152), chama a atenção para os moldes em que se operou, no início do século XVII, pela mão dos duques de Saboia, uma forte estratégia de legitimação da sua dinastia, que se traduziu na reabilitação do culto do venerável Amadeu IX (1435-1472), apoiada em uma maciça produção e divulgação de «Vidas» e estampas deste duque, que pretendiam servir de suporte ao seu processo de beatificação, que, entretanto, havia sido encetado.

No último estudo desta última parte, «Thomas More, saint ou chancelier?» (pp. 153-169), Cédric Michon estuda a construção e reconstruções da figura daquele chanceler e humanista inglês, que seria canonizado apenas em 1935. Colocando o enfoque na peça teatral de Robert Bolt, adaptada ao cinema, em 1966, por Fred Zinnemann, cujo resultado foi o filme *A Man for all Seasons*, Cédric Michon considera que foi apenas nesta altura que foi concedido a Thomas More um reconhecimento a nível global.

No capítulo que encerra a obra, Éric Suire faz um balanço das várias contribuições e realça que o modelo do «saint d'État», é, a seu ver, «un avatar moderne du “saint dynastique” campé par les travaux des historiens médiévistes» (p. 175).

Por tudo isto, a multiplicidade de focalizações apresentadas, para além de mostrar a pertinência da articulação entre o universo católico e o protestante e, por conseguinte, as potencialidades do seu estudo, patenteiam também os novos rumos que se vão trilhando no domínio da historiografia religiosa, especialmente no domínio da santidade, que poderão funcionar como um estímulo para que novas investigações sejam feitas neste campo.

Paula Almeida Mendes
(CITCEM – FLUP)